

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amato dos Santos, 1546 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

LEI Nº 088 /2009

SÚMULA: Altera a redação do Artigo 10, da Lei 004/2004, que dispõem sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar do Município de Alto Paraíso e dá outras providências.

A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, APROVOU, e eu Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o art. 10 da Lei nº 004/2004 do Município de Alto Paraíso, o qual passa a ter nova redação a seguir apresentada, bem como acrescentados os parágrafos a seguir dispostos:

Art. 10. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 10 (dez) membros efetivos e suplentes em igual número, observada a composição paritária de seus membros, nos seguintes termos:

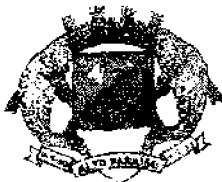
I - 5 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, sendo:

a) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 05/1/09 12/2009

Edição N.º 8673



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - alteparaiso@pref.pr.gov.br

- b) 01 representante da Secretaria Municipal da Promoção Social;
- c) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças;
- e) 01 representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - 5 (cinco) representantes de entidades não governamentais de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente assim distribuído:

- a) 02 (dois) representantes de entidades socioassistenciais de proteção social básica;
- b) 01 (um) representante de entidade socioassistencial de proteção social especial;
- c) 01 (um) representante de organizações comunitárias;
- d) 01 (um) representante dentre as categorias profissionais afetas à área da criança e do adolescente.

§ 1º. Os representantes de que trata o inciso I deste artigo serão nomeados pelo Prefeito Municipal no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse, dentre servidores que



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria.

§ 2º. As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam a administração pública.

§ 3º. Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, reunidas em assembleias gerais convocadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da vigência desta Lei, sendo que a assembleia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

§ 4º. Cada entidade cadastrada deverá indicar 01 (um) representante para a função de conselheiro, pertencente a seus quadros sociais ou rotinas de atividades.

§ 5º. Os subseqüentes processos de renovação dos conselheiros não-governamentais serão de



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

responsabilidade do próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e deverão ser desencadeados no mínimo 90 (noventa) dias antes do vencimento dos respectivos mandatos.

§ 6º. Os representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente serão empossados no prazo máximo de 10 (dez) dias após a proclamação do resultado do respectivo processo de escolha, com a publicação dos nomes dos conselheiros titulares e seus suplentes, bem como das entidades às quais pertencem.

§ 7. É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Executivo sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO,
aos 04 (quatro) dias do mês de Setembro do ano de 2009


Maria Aparecida Zanuto Faria
Prefeita Municipal